

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.436 – BRASÍLIA, QUINTA-FEIRA, 14 DE FEVEREIRO DE 2002



Ramez Tebet quer medidas contra a violência e também o fortalecimento da segurança pública no país

## Tebet conclamará os três Poderes para o combate à criminalidade

Amanhã, na abertura dos trabalhos legislativos, o presidente do Congresso, senador Ramez Tebet, pedirá a união dos três Poderes da República para combater o crime. No pronunciamento, Tebet também destacará a importância das eleições gerais deste ano e fará balanço das atividades legislativas em 2001.

PÁGINA 2

## Reforma do Judiciário pode ser aprovada até junho, diz Cabral

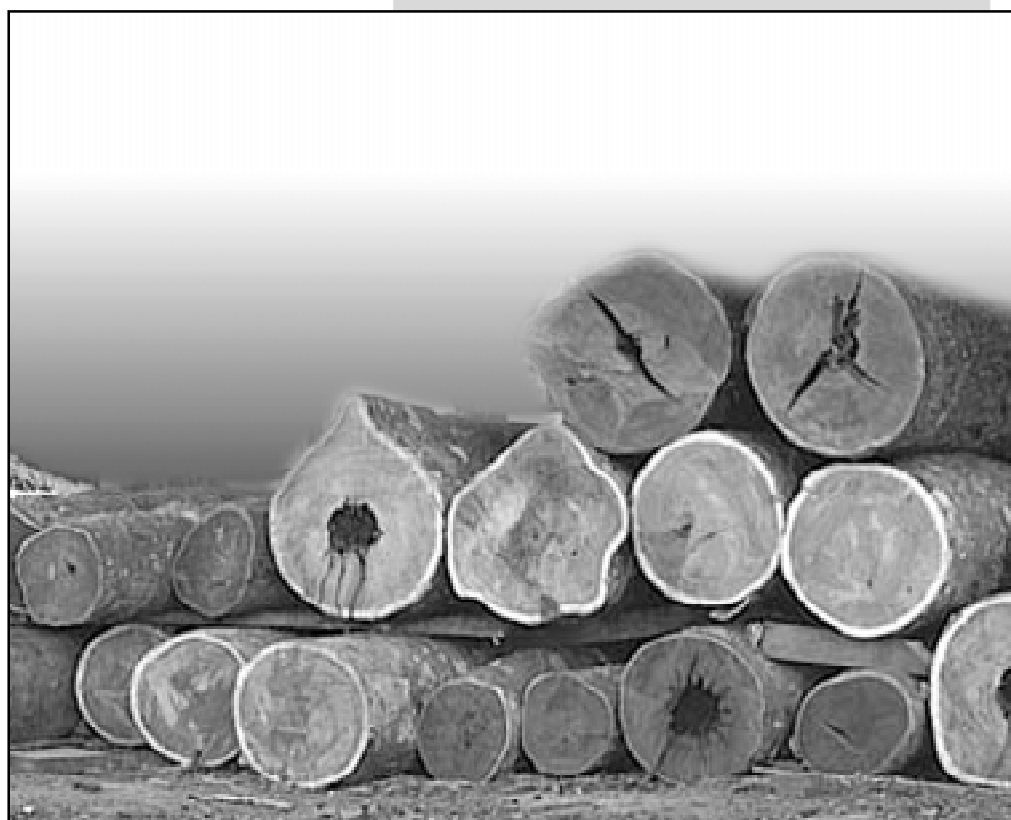
PÁGINA 4

## CAE deve analisar projeto que cria a renda de cidadania

PÁGINA 4

# Comissão especial vai examinar 245 propostas contra a violência

A partir de amanhã, com a reabertura dos trabalhos legislativos, 19 senadores e 19 deputados terão o encargo de escolher, entre várias matérias polêmicas, as que devem receber prioridade para votação



Para Ademir Andrade, venda de madeira bruta é que deve preocupar o governo

## Ademir atribui proibição da venda de mogno a desinformação

Quem diz que o mogno está em extinção “não entende de Amazônia nem de mogno”, afirmou o senador Ademir Andrade, que atribui a decisão do Ibama de proibir a venda dessa madeira à falta de informação.

Segundo o senador, o mogno é cultivado hoje por milhares de famílias da Região Norte, e o que deveria preocupar o governo é o fato de ser vendida principalmente madeira bruta, “o que coloca o Brasil numa condição extremamente precária no comércio internacional, típica de país subdesenvolvido”.

PÁGINA 4

A comissão especial de deputados e senadores que o Congresso Nacional formará amanhã para selecionar propostas sobre segurança pública e combate à violência terá como base 245 projetos e propostas de emenda à Constituição (PECs) atualmente em tramitação no Senado e na Câmara.

O levantamento de todas as propostas foi realizado pela Secretaria Geral da Mesa e pelas consultorias legislativas do Senado e da Câmara. Somente no Senado, são 108 proposições. A comissão especial será designada após a sessão solene de instalação dos trabalhos do Legislativo.

PÁGINA 3



Geraldo Melo acredita que o Congresso deve procurar acordo para votação dos projetos “considerados cruciais para a sociedade”

## Líderes decidem na terça-feira quais projetos terão prioridade

PÁGINA 2



Bernardo Cabral acredita na votação da PEC até 30 de junho se houver acordo de lideranças



Eduardo Suplicy é autor da proposta que garante a todos os brasileiros benefício monetário

# Presidente do Senado conclamará os três Poderes para combate ao crime

Amanhã, na abertura dos trabalhos legislativos, Ramez Tebet também destacará em discurso a importância das eleições gerais deste ano e fará balanço dos trabalhos ocorridos em 2001

O presidente do Senado, Ramez Tebet, deverá conclamar os três Poderes da República a se unirem no combate ao crime, em pronunciamento que fará à nação na abertura dos trabalhos legislativos deste ano. Além do combate à violência e do fortalecimento da segurança pública no país, Tebet também destacará a importância das eleições gerais em 2002 e fará balanço das atividades do Legislativo no ano passado. Às 11h de amanhã, começa a quarta e última sessão legislativa da 51ª Legislatura.

A solenidade de reabertura dos

trabalhos do Congresso Nacional contará com a presença de diversas autoridades dos três Poderes. Entre elas estará o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Marco Aurélio Mello, e o ministro-chefe da Casa Civil, Pedro Parente, que será o portador da mensagem do presidente da República dirigida ao Congresso.

Segundo informações do secretário-geral da Mesa do Senado, Raimundo Carreiro Silva, o sena-



Tebet terá escolta da Polícia do Exército a caminho do Congresso

dor Ramez Tebet deixará a residência oficial escoltado por batidores da Polícia do Exército e seguirá para a entrada do Congresso Nacional. Ali, Tebet prestará continência à Bandeira Nacional, passando em seguida em revista as tropas formadas pelos Dragões da

Independência, ao longo da rampa do Congresso.

Ao chegar ao frontispício, Tebet será recebido pelo presidente da Câmara dos Deputados, Aécio

Neves, e outros parlamentares, que o acompanharão até o Plenário do Senado. Aberta a sessão, o deputado Severino Cavalcanti (PPB-PE), primeiro-secretário da Mesa do Congresso, lerá a mensagem presidencial.

Após a leitura da mensagem, o senador Ramez Tebet fará o seu pronunciamento à nação, da cadeira presidencial do Congresso. Em seguida, convocará sessão do Congresso para designar a comissão especial que tratará das matérias, em tramitação na Câmara e no Senado, referentes à segurança pública.

## Líderes decidem quais projetos terão prioridade

Os líderes dos partidos no Senado vão se reunir, possivelmente terça-feira, dia 19, para decidir quais projetos os senadores consideram prioritários para votação este ano. As lideranças partidárias na Câmara farão o mesmo, conforme o líder do governo no Congresso, deputado Heráclito Fortes (PFL-PI).

Geraldo Melo (RN), líder do PSDB no Senado, acredita que o Congresso deve procurar um acordo, inclusive com as oposições, para votação dos projetos "considerados cruciais para o governo e a sociedade". Entre eles, o senador cita a prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), cuja vigência expira dia 18 de junho, e, para evitar a suspensão de sua cobrança, deve ser votada até o dia 17 de março, pois contribuição só pode ser cobrada 90 dias depois de instituída ou prorrogada.

### ELEIÇÕES

O Executivo selecionou 67 projetos que gostaria de ver aprovados neste ano pelo Congresso, a maioria deles na área econômica. A lista foi considerada muito extensa até por parlamentares da base governista, principalmente por se tratar de um ano de eleições, o que exige dos deputados e senadores participação nas campanhas eleitorais nos seus estados. A lista não inclui propostas para redução da criminalidade, as quais serão escolhidas por uma comissão especial, a ser criada, de deputados e senadores.

Além de extensa, a listagem do governo contém propostas polêmicas, com poucas chances de votação neste ano, como é o caso da cobrança de previdência dos servidores inativos federais, já rejeitada pelo Congresso em outras oportunidades.

## Para Melo, Fernando Henrique não quis transferir responsabilidades

O senador Geraldo Melo (RN), líder do PSDB, afirmou que o presidente Fernando Henrique Cardoso não quis transferir ao Congresso responsabilidades pelo combate à violência no país, ao dizer em discurso que os parlamentares, se quisessem, poderiam votar "em uma semana" projetos da área de segurança.

— O presidente dirigiu um apelo ao Congresso, como está dirigindo a toda a sociedade, para que cada setor se mobilize e faça a sua parte. Não é do estilo do presidente transferir responsabilidades a quem quer que seja. Ele sabe que o Congresso até agora não faltou ao país em momento algum no cumprimento de seus deveres.

O ânimo dos parlamentares, conforme Melo, é votar o quanto antes projetos que possam reduzir a criminalidade, apesar do caráter polêmico de alguns deles,



Melo: o presidente deseja que cada setor faça sua parte

como a proibição da venda de armas. "A população tem receio de ser impedida de comprar armas por perceber que o Estado não tem conseguido desarmar os bandidos."

— O Congresso não precisa aprovar qualquer nova lei para o Estado tirar as metralhadoras e fuzis das organizações criminosas.

A Câmara e o Senado, lembra, têm seus regimentos internos, com prazos para discussão de projetos. "No entanto, o Congresso só pode escrever leis. Já a execução das leis não é mais com os parlamentares."

Para Melo, o problema da violência será resolvido não apenas com a compra de equipamentos para a polícia, mas principalmente com a montagem de um sistema único e eficiente de informações, se possível centralizado nas Forças Armadas.

## Governo é contraditório ao cobrar do Congresso, considera Emilia

A senadora Emilia Fernandes (PT-RS) rebateu as críticas feitas pelo presidente Fernando Henrique ao Legislativo afirmando que as dificuldades no setor de segurança pública e a elevada taxa de desemprego no país são resultantes da "omissão e da incompetência do governo federal".

— O que o Fernando Henrique faz é tentar transferir para o Congresso mais uma vez a responsabilidade pelo descaso e omissão com que tratou a questão da segurança e da violência nestes quase oito anos de governo. Ele está sendo contraditório ao cobrar do Legislativo. Se o governo tem maioria nas duas Casas e aprova tudo o que quer, inclusive sua base consegue impedir assinaturas de pedido de criação de comissão parlamentar de inquérito para investigar a corrupção, por que não aprova as matérias de segurança



Emilia: omissão aumenta as taxas de violência

a que ele se referiu?

Emilia também apontou a política econômica do governo como a principal causa da aceleração do processo de exclusão social, que, por sua vez, gera violência. Citou ainda "a falta de ética de setores do grupo governista", lembrando que esses exemplos conduzem a uma crise de valores na sociedade.

— Não há investimento em uma política nacional de formação dos policiais e o governo não apóia várias iniciativas dessa natureza no próprio Congresso. É preciso investir em uma cultura de paz, respeito e solidariedade.

### CLT

Sobre o projeto que flexibiliza a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), Emilia Fernandes afirma que a proposta, ao contrário do que diz o governo, não reduzirá os índices de desemprego no país.

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

#### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet  
1º Vice-Presidente: Edison Lobão  
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares  
1º Secretário: Carlos Wilson  
2º Secretário: Antero Paes de Barros  
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti  
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Wagner Caldeira  
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170  
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz, Geraldo Magela e Jane de Araújo

Arte: Cirilo Quartim

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

## Congresso não votará "a toque de caixa", diz Tebet

O presidente do Senado, Ramez Tebet, afirmou que o Congresso Nacional não votará projetos relacionados com a segurança pública "a toque de caixa". Segundo ele, o Congresso vai votar "no tempo certo" as medidas importantes para combater a violência que dependerem de lei.

— Mas a violência no país não vai ser resolvida só com a elaboração de leis — ressaltou, acrescentando: "A violência e a impunidade devem ser combatidas colocando-se a polícia na rua, equipando-se a polícia, não dando tréguas aos bandidos. Os bandidos estão muito folgados no país".

Tebet acredita ser suficiente o prazo de 60 dias, estipulado para os trabalhos da comissão parlamentar mista que vai tratar da questão da segurança pública, "para votação de leis que possam ajudar a combater a violência". A comissão inicia suas atividades amanhã, quando acaba o recesso parlamentar.

O senador também chamou o Poder Executivo à responsabili-

dade na questão da segurança pública. "Quem tem responsabilidade pela prisão de bandidos é o Poder Executivo. Todavia o Congresso sabe que violência é prioridade e vai cumprir o seu dever. E já estamos trabalhando nesse sentido", disse.

Para Tebet, apesar dos comentários do presidente Fernando Henrique Cardoso, responsabilizando o Congresso pela demora na aprovação de projetos contra a violência, não há ingerência do Executivo no Legislativo. "O Congresso não admite ingerência de quem quer que seja. O Congresso é independente. Quer é trabalhar em harmonia com os outros Poderes, porque assim diz a Constituição. Então, o presidente da República pode pedir a colaboração do Congresso. Mas ele não manda no Congresso Nacional", afirmou o senador. "O presidente Fernando Henrique Cardoso, que é um homem democrático, não tem a pretensão de ingerência no Congresso Nacional", destacou.

## Lobão vê papel importante para as guardas municipais

A ampliação dos poderes de polícia das guardas municipais, uma das propostas do governo federal para combater a violência, é, para o senador Edison Lobão (PFL-MA), primeiro vice-presidente do Senado, fundamental sob o ponto de vista da segurança. Ele considera, no entanto, que é preciso que as prefeituras estejam integradas no sistema de vigilância e de contenção da violência.

Lobão disse que tem muita esperança de que a comissão mista que sistematizará as matérias relativas à segurança em tramitação no Congresso possa sugerir uma solução próxima do ideal para efeito de combate à violência. A partir dessa sistematização inicial, o senador acredita que o Congresso terá condições de votar as propostas em regime de urgência.



Edison Lobão espera bons resultados do trabalho da comissão especial do Congresso

Uma outra pauta considerada prioritária pelo governo, a prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), é avaliada por Lobão como uma lei criativa, que deve ser mantida. Ele lamentou que, ao longo do tempo, tenha havido certo desvirtuamento na aplicação da CPMF, cujos recursos deveriam ser originalmente investidos na área de saúde, mas foram gradativamente aplicados em outras áreas pelo governo.

# Segurança pública tem 245 propostas em tramitação

Cópias das matérias serão entregues aos 38 membros da comissão encarregada de selecionar as questões prioritárias para votação

A comissão especial de deputados e senadores encarregada de apresentar propostas de aperfeiçoamento da legislação federal para melhorar a segurança pública e combater a violência vai ter como base 245 projetos e propostas de emenda à Constituição (PECs) que podem ter impacto na diminuição da criminalidade, em tramitação na Câmara e no Senado (*veja quadro*).

Somente no Senado, são 108 proposições, sendo nove PECs, 89 projetos de lei do Senado e dez projetos de lei da Câmara. Entre as principais propostas em tramitação na Casa, estão medidas que ampliam a competência das guardas municipais, que reduzem a maioria penal — hoje fixada em 18 anos —, além dos projetos de lei que limitam a comercialização e o porte de armas de fogo.

Todas essas propostas de nova legislação, selecionadas pela Secretaria Geral da Mesa e pelas consultorias legislativas do Senado e da Câmara, serão entregues a cada um dos 38 membros titulares (19 deputados e 19 senadores) e suplentes (em igual número) da comissão especial que será designada amanhã em sessão do Congresso Nacional, no Plenário do Senado, com início após a sessão solene de instalação dos trabalhos do Legislativo, mar-

Total de propostas para avaliação da comissão especial sobre violência e segurança pública	
Em tramitação no Senado Federal	
Tipo de proposição	Nº
Propostas de emenda à Constituição	9
Projetos de lei do Senado	89
Projetos de lei da Câmara	10
<b>Total</b>	<b>108</b>
Em tramitação na Câmara dos Deputados	
Tipo de proposição	Nº
Propostas de emenda à Constituição	35
Projetos de lei	89
Projetos de decreto legislativo	8
Projetos de resolução	4
Proposta de fiscalização e controle	1
<b>Total</b>	<b>137</b>

Fonte: Secretaria Geral da Mesa do Senado Federal

cada para as 11h.

Cabe aos líderes partidários indicar os integrantes das bancadas que farão parte da comissão, de acordo com a proporcionalidade partidária em cada uma das Casas. A partir daí, os ofícios das lideranças serão lidos pelo presidente do Congresso, senador Ramez Tebet, que nomeia oficialmente os membros, convocando-os para a reunião de instalação dos trabalhos da comissão.

Na primeira reunião da comissão devem ser eleitos o presidente e o

vice-presidente (geralmente um deputado e um senador, escolhidos entre parlamentares das bancadas majoritárias das duas Casas). Cabe ao presidente eleito da comissão escolher o relator, que propõe, a seguir, um cronograma de trabalho, prevendo datas para ouvir autoridades ou a criação de subcomissões temáticas para sistematização de temas específicos. A comissão também deve estabelecer os prazos para apreciação de matérias e para aprovação do relatório final.

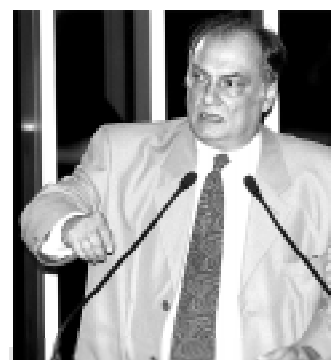
## Controle de armas é um dos temas polêmicos

As 245 propostas que serão analisadas pela comissão mista especial sobre o combate à violência tratam de temas que vão desde o fim da prisão especial, defendido pelo senador Roberto Freire (PPS-PE), até a tipificação dos delitos de informática, sugerida pelo senador Renan Calheiros (PMDB-AL). Há itens ainda mais polêmicos, como as restrições ao porte e à venda de armas, motivo de projetos apresentados pelo senador Gerson Camata (PMDB-ES) e pelos ex-senadores Djalma Falcão, Luiz Estevão e José Roberto Arruda.

Também trata das condições de registro e porte de armas projeto apresentado pelo senador Carlos Patrocínio (PTB-TO) que será analisado pela comissão mista e institui o Sistema Nacional de Armas. Patrocínio é ainda autor de

outra proposta, que trata do ressarcimento ao Estado de despesas com manutenção de presos e condenados.

O presidente do Senado, Ramez Tebet, é o autor da proposta que aumenta as penas para os crimes sexuais contra crianças e adolescentes, determinando ainda sua inclusão no rol dos chamados crimes hediondos. Proposta de mesmo teor foi apresentada por Patrocínio. O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) também quer incluir entre os hediondos o crime de corrupção de menores.



Roberto Freire tem projeto para acabar com a prisão especial

A comissão vai analisar a proposta que determina a expropriação de terras em que for utilizado o trabalho escravo, apresentada pelo senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT). A iniciativa do senador Paulo Hartung (PSB-ES), que propõe aumentar para oito anos a inelegibilidade dos condenados por alguns tipos de crime, é outra considerada polêmica.

Também deve motivar muita discussão a proposta do ex-senador Arruda que determina a manutenção, pelas empresas operadoras, de cadastro de assinantes de telefones pré-pagos.

# Cabral espera aprovação da reforma do Judiciário

Presidente da CCJ acredita que a matéria pode ser votada na comissão e no Plenário este ano, possivelmente ainda no primeiro semestre. Segundo ele, resta apenas “uma ou outra divergência, mas coisa pequena”

O presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Bernardo Cabral (PFL-AM), acredita na aprovação da reforma do Judiciário em 2002, possivelmente ainda no primeiro semestre. “Se houver acordo das lideranças, sem dúvida nenhuma será possível votar a reforma até 30 de junho”, disse ele sexta-feira. “Há uma ou outra divergência, mas coisa pequena. Basta haver acordo nas posições mais convergentes, que será possível votar em bloco.”

As principais divergências, segundo o senador, estão relacionadas às mudanças na forma de indicação



Cabral: se houver acordo, votação da reforma sairá até 30 de junho

dos ministros do Supremo Tribunal Federal e do procurador-geral da República e no pagamento dos precatórios, além da criação de juizados criminais para investigar os crimes do colarinho-branco, de lavagem de dinheiro e de informática.

O parecer do senador sobre a proposta de emenda à Constituição (PEC) da reforma do Judiciário já foi aprovado no plenário da CCJ. Foram destacadas 168 emendas, 48 delas já apreciadas pela comissão. Na volta aos trabalhos da CCJ, com o fim do recesso parlamentar, amanhã, os destaques restantes devem ser apreciados rapidamente, de acor-

do com o senador. Aprovada na CCJ, a proposta será então submetida ao Plenário, em dois turnos de votação. Se houver emendas, a matéria voltará à CCJ. A PEC já foi aprovada pela Câmara dos Deputados.

O Executivo também demonstrou interesse na aprovação da reforma do Judiciário em 2002, tanto que ela está entre as 67 matérias anunciadas pelo governo como prioritárias para este ano.

Para Bernardo Cabral, a aprovação da reforma do Judiciário vai contribuir no combate à violência e à criminalidade, ao tornar as decisões judiciais mais rápidas. “Correndo paralelamente à reforma do Judiciário, há uma legislação infraconstitucional, com mudanças nos procedimentos processuais que evitam a procrastinação dos processos penais”, destacou o senador.

## Proibir a venda de mogno é absurdo, afirma Ademir

A proibição da venda de mogno — uma das madeiras mais requisitadas do mercado —, determinada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), é uma medida absurda, desprovida de qualquer sentido, segundo o senador



Ademir Andrade: o que deve preocupar é a venda de madeira bruta

Ademir Andrade (PSB-PA), para quem não é verdade que esse tipo de madeira esteja em extinção. “Quem diz isso não entende de Amazônia nem de mogno”, afirmou o senador.

A desinformação na área é tanta, segundo Ademir, que o Ibama chegou a procurar o governo norte-americano para pedir àquele país que não compre mogno brasileiro sem que o produto esteja acompanhado de um certificado das autoridades do Brasil.

O senador explica que o mogno é cultivado hoje no Brasil por

milhares de famílias da Região Norte, e, para ele, soa absurda a proibição do Ibama, pois impede que o agricultor que plantou o mogno possa vendê-lo depois. O mogno, disse ele, está longe da extinção, já que é uma das madeiras preferidas para cultivo em toda a Ama-

zônia. O governo deveria estar preocupado, acentou Ademir, com a venda da madeira bruta, que coloca o Brasil numa condição extremamente precária no comércio internacional, típica de país subdesenvolvido.

Conforme o senador, 92% da madeira exportada pelo Pará saem em estado bruto, gerando grandes perdas para o país. Com isso, acrescentou, o Brasil deixa de agregar valor ao produto exportado, perdendo milhões de dólares a cada ano. “Isso é o que deveria chamar a atenção do governo”, assinalou.

## Suplicy defende renda de cidadania a partir de 2005

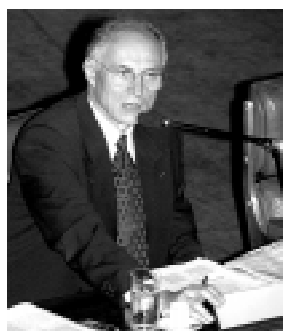
Está tramitando na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) projeto do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) que institui, a partir de 2005, uma renda de cidadania, que se constitui no direito de todos os brasileiros residentes no país e estrangeiros residentes há pelo menos cinco anos no Brasil, não importando sua condição socioeconômica, receberem anualmente um benefício monetário.

O pagamento do benefício — que, de acordo com a proposta de Suplicy, deverá ser de igual valor para todos — poderá ser feito em parcelas iguais e mensais. Caberá ao Executivo definir o valor. O dinheiro deverá ser suficiente para atender as despesas mínimas de cada pessoa com alimentação, habitação, educação e saúde, levando em conta o grau de desenvolvimento do país

e suas possibilidades orçamentárias.

Em 2004, conforme o projeto, a Justiça Eleitoral, por ocasião da eleição, submeterá a proposta a referendo popular. Caso aprovada, o Executivo deverá enviar ao Congresso crédito adicional consignando no Orçamento da União, para o exercício financeiro de 2005, a dotação orçamentária suficiente para implementar a renda de cidadania.

Suplicy explicou que a renda de cidadania, ou renda básica, deverá ser paga em dinheiro, cheque ou por meio de cartão de crédito, mas não na forma de bens ou serviços, nem de cupons ou selos que só



Para Suplicy, renda de cidadania ajudaria a diminuir a desigualdade

possam ser gastos em certos tipos de bens.

O senador observou que a renda de cidadania não torna os ricos mais ricos, pois as camadas mais abastadas contribuiriam mais para seu financiamento, por meio de pagamento de impostos. “Vamos supor que separássemos R\$ 100 bilhões do Produto

Interno Bruto do país, que é de cerca de R\$ 1,1 trilhão, para distribuir igualmente entre os 170 milhões de brasileiros. Como a riqueza nacional é hoje distribuída de maneira desigual, certamente a repartição igualitária de R\$ 100 bilhões já geraria importante efeito de diminuição da desigualdade”, calculou.

## Projeto de Hartung altera sistema de “royalties”

A compensação financeira garantida a estados e municípios pela construção de barragens para produção de energia deverá levar em conta os prejuízos causados na área abaixo das comportas da usina, propõe o senador Paulo Hartung (PSB-ES). A legislação atual determina o pagamento de royalties em face da instalação da usina e do alagamento



Hartung quer evitar distorções provocadas pela legislação atual

provocado pelo reservatório, e o projeto de Hartung estende o benefício aos estados e municípios que sofrem os efeitos indiretos do empreendimento.

Exemplo das distorções provocadas pela legislação atual, segundo Hartung, está na divisa dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, onde desvio no Rio Doce, permitido pela União,

possibilitou que Minas se apropriasse de parcela considerável do potencial hidráulico que poderia ser utilizado pelos capixabas.

— O Rio Doce poderia ser explorado pelas cidades de Baixo Guandu (ES) e Aimorés (MG), já que é a divisa natural entre os dois municípios, mas o desvio e o aproveitamento em Minas Gerais trouxeram prejuízos ambientais, sociais e econômicos ao município capixaba — explicou Hartung.

O projeto tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em caráter terminativo.

## Ricardo Santos propõe normas para cooperação no ensino público

O senador Ricardo Santos (PSDB-ES) apresentou projeto regulamentando o dispositivo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) que prevê a cooperação entre União, estados e municípios na administração do ensino público. O projeto tramita na Comissão de Educação



Ricardo Santos salienta que “a educação é tarefa de todos”

(CE), presidida pelo próprio senador, para decisão terminativa.

— A LDB definiu, pela primeira vez, as incumbências de cada nível de governo. E, embora preveja o regime de colaboração, não chegou a particularizá-lo. A educação é tarefa de todos, envolvendo a coletividade — frisou o senador, salientando que o projeto procura definir os padrões mínimos de qualidade de ensino, previstos na Constituição.

Uma das alterações refere-se à destinação dos recursos do salário-educação, conferindo parcela maior aos municípios e permitindo a descentralização das ações educacionais. O projeto impõe critérios para a transferência de encargos e serviços dos estados para os municípios.

Prioritariamente serão atendidas no âmbito municipal as ações relacionadas à educação infantil e às séries iniciais do ensino fundamental, inclusive educação de jovens e adultos.

O regime de colaboração entre os três níveis de governo, ainda conforme a proposta de Ricardo Santos, deverá observar a necessidade de ampliação do acesso ao ensino e a melhoria da qualidade.